

Sarney vai fazer balanço da economia

Brasil
por José Casado
de Brasília

O presidente José Sarney fala à Nação, na noite da próxima segunda-feira, para anunciar a vitória de seu governo sobre a inflação em março, reafirmar o compromisso com o crescimento da produção e do emprego, dar a dimensão do programa de investimentos sociais — complementar a reforma monetária — e estimular o eleitorado a apoiar a Aliança Democrática no pleito de noveembro.

Sarney usará a cadeia nacional de rádio e televisão para dar boas notícias exatos 44 dias após ter deflagrado uma radical mudança na política econômica. O momento lhe é particularmente propício: a mais recente pesquisa de opinião pública recebida pelo Palácio do Planalto indica que Sarney conta com a aprovação de 85% dos habitantes das principais capitais.

O balanço que o presidente da República vai fazer da economia nos primeiros trinta dias pós-reforma é muito positivo. A taxa de deflação a ser anunciada ficará entre 1,6 e 1,9% negativo em março — ainda estão sendo computadas as últimas planilhas dos 250 mil preços habitualmente pesquisados pelo governo.

O presidente deverá, também, reafirmar o compromisso com o crescimento econômico, mostrando que mesmo em março, um período crítico de adaptação dos setores produtivos ao plano de estabilização, a produção industrial, o emprego e as vendas no comércio continuaram ascendentes. Indicará a disposição do governo de manter, neste ano, um aumento mínimo de 5% na produção, embora os

GOVERNO

GAZETA MERCANTIL

GAZETA M

Inovando para pro

economia - Brasil

9 ABR 1986

Sarney vai fazer balanço...

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

órgãos de planejamento já trabalhem com um patamar de 6%.

E provável que Sarney mencione o desejo do Brasil de avançar um pouco na negociação de sua dívida externa. Os indicadores disponíveis no Palácio do Planalto têm-no estimulado a pensar nessa direção: além de derrubar a inflação, sem grandes traumas, em março o governo computou um saldo comercial 10% maior e registrou uma elevação de US\$ 300 milhões nas reservas cambiais.

No Planalto e no Ministério da Fazenda trabalha-se com a hipótese de sugerir aos bancos credores do País um reescalonamento da dívida por quinze anos, com juros reduzidos.

O presidente também deverá observar que a reforma monetária não se esgota em si mesma e que, embora o governo tenha adotado medidas que preservam o salário real, há necessidade de deflagrar mudanças sociais.

O objetivo concreto é realizar a desindexação da economia ao menor custo social possível aproveitando a oportunidade para iniciar projetos integrados nas regiões carentes (Nordeste, Centro-Oeste), sem o caráter assistencialista tradicional,

que de fato influenciem na redução das tensões sociais no campo.

Sarney pretende lançar a idéia de um amplo programa social, com participação efetiva de todos os ministérios. "Ele insiste na montagem de um plano de investimentos integrados equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB)", revela um de seus mais íntimos assessores. Seria algo em torno de US\$ 25 bilhões nos próximos quatro anos.

É certo que o interesse do presidente nesse plano é grande. Não apenas encarregou os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, e João Sayad, da Seplan, de elaborá-lo em curto espaço de tempo como também convocou o sociólogo e economista Hélio Jaguaribe para redigir um texto-diagnóstico sobre a dívida social brasileira. Jaguaribe passou duas horas, na manhã de ontem, com o presidente, no Planalto, fazendo um rascunho.

"Vamos fazer um projeto integrado para erradicação da pobreza", explicou o ministro João Sayad, da Seplan, na saída do Gabinete Presidencial, ontem pela manhã. Sarney quer os projetos iniciais definidos até junho.

No discurso da próxima segunda-feira, o presidente vai dar um enunciado desse programa, observando que as políticas setoriais do governo serão mais eficazes

zes na medida de sua dimensão social.

A idéia básica é a unidade de esforços e de orientação governamental na aplicação de recursos, originais dos orçamentos da União e das empresas estatais. Por exemplo: Sarney quer a reforma agrária brasileira começando nas terras do governo, que servirão de base à implantação de projetos de irrigação no Nordeste, e nas terras às margens de projetos de transportes interligados no Norte, baseados na recuperação de estradas abandonadas, como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Oiapoque-Macapá.

O presidente tem sido muito preciso sobre este ponto. Aliás, o programa de reforma agrária foi instituído por decisão pessoal.

Como ele tem repetido a amigos, o plano não passava de duas palavras ("reforma" e "agrária") na carta-compromisso da Aliança Democrática e não mereceu mais do que quatro linhas no programa do PMDB.

Da mesma forma, quer integrar os planos agrícolas, de abastecimento, transportes, saúde e educação. Já definiu que o novo plano agrícola nacional elegerá quinhentos municípios como pólos avançados para desenvolvimento da agricultura, em bases técnicas. Desse total, duzentos serão contemplados

com escolas profissionalizantes, laboratórios governamentais para pesquisa agrícola e transportes interligados para escoamento da safra, nos próximos três anos.

Sarney, no seu discurso, deve ainda mencionar a sua decisão de mudar o perfil da administração pública brasileira. O governo trabalha, no momento, na elaboração da lei orgânica da administração federal, onde estabelecerá normas genéricas para "enxugar" as 425 empresas estatais e os 30 mil funcionários administrativos mantidos em todo o País. Haverá um plano de carreira para o funcionalismo federal e um programa de "reciclagem" para aqueles que perderem seus postos em empresas públicas desativadas por ineficiência.

Será um discurso no qual, em síntese, o presidente deixará claro que procura continuar sintonizado com os anseios de profundas mudanças na vida nacional. E, assim, vai tentar estimular a continuidade do apoio da população ao seu governo. Um apoio que, espera, deverá refletir-se nas urnas, em novembro, pois o governo José Sarney parte para a eleição da Constituinte com um programa próprio, uma legenda, Aliança Democrática, e um objetivo estratégico: influir sobre dois terços do futuro Congresso.